Representações étnicas na imprensa americana: A construção do outro na cobertura jornalística do 11 de Setembro

Isabel Ermida

Resumo

O presente artigo* investiga o papel da imprensa americana na representação dos autores dos atentados terroristas de 11 de Setembro, tendo em vista revelar as estratégias linguísticas que subjazem aos retratos ideologicamente marcados da comunidade islâmica na América. A análise centra-se num *corpus* de notícias e artigos de opinião publicados em *The New York Times* e *The Washington Examiner*, usando um quadro teórico de Análise Crítica do Discurso (van Dijk 1991, 1998, 2000, 2002, 2006). Concebendo a linguagem como uma prática comunitária que simultaneamente determina e é determinada pela realidade social, o artigo aborda a esfera política e ideológica através da sua realização na linguagem. Mais especificamente, procura descrever os mecanismos discursivos de auto-representação positiva *versus* hetero-representação negativa, tais como inversão da culpa, mitigação, desculpabilização, ridículo, contraste e divisão, bem como estratégias léxico-semânticas e sintácticas de nominalização, passivização, marcação, pressuposição e implicação, entre outras. Pretende-se, assim, contribuir para o debate sobre a construção das identidades étnicas na linguagem da imprensa.

Palavras-chave: Imprensa, Discurso, 11 de Setembro, Terrorismo, Muçulmano, Americano, Etnicidade, Ideologia, Representação.

* Agradeço aos dois revisores anónimos deste texto as oportunas sugestões, assumindo naturalmente inteira responsabilidade por quaisquer imperfeições remanescentes. iermida@ilch.uminho.pt

Abstract

The role of the American press in representing the perpetrators of the terrorist attacks of Sept 11 is the focus of this paper, with a view to unveiling the linguistic strategies that convey ideology-laden portrayals of the Muslim community in America. The paper analyses a corpus of news reports and opinion articles published in *The New York Times* and *The Washington Examiner* by using a critical discourse analysis framework (van Dijk 1991, 1998, 2000, 2002, 2006). It looks into the political and ideological sphere and its realization in language insofar as it conceives the latter as a social practice which determines, and is simultaneously determined by, social reality. In particular, the paper aims at describing the discursive mechanisms of positive self-representation versus negative hetero-representation, such as blame reversal, mitigation, excuse, ridicule, contrast and division, as well as lexico-semantic and syntactic devices such as nominalization, passivization, markedness, presupposition and implication, among others. It thus hopes to contribute to discussing the construction of ethnic identities in the language of the press.

Keywords: Press, Discourse, Sept 11, Terrorism, Muslim, American, Ethnicity, Ideology, Representation.

Introdução

Os atentados de 11 de Setembro tornaram-se, pela sua natureza devastadora, terrífica e implausível, num ícone do princípio do novo milénio. Na verdade, as imagens televisivas e jornalísticas do colapso das Torres Gémeas e de partes do Pentágono deixaram por todo o mundo um sabor amargo de terror e incredulidade que os anos não conseguiram apagar. A representação discursiva desses acontecimentos nos meses que se seguiram, tanto na TV como nos jornais, colocaria a tónica nos actores que participaram na história, entendidos não como indivíduos mas como representantes de uma vasta comunidade. O ónus ético, social e político do massacre recairia no povo islâmico como um todo e, em particular, na comunidade muçulmana emigrada nos EUA.

Neste contexto, o presente artigo procura analisar como representam os americanos na imprensa escrita as comunidades de origem dos autores dos atentados. Como retratam os primeiros as motivações, proveniências e objectivos dos segundos? Como configura a imprensa americana, ideologicamente, os muçulmanos, um grupo étnico minori-

tário (e heteróclito) na América? Estas e outras perguntas afins têm sido objecto fértil de investigação na era da "guerra ao terrorismo", sobretudo no âmbito da ciência política, dos estudos da comunicação, da sociologia e da psicologia social (cf., por exemplo, Ahmed, 2002; Craft & Wanta, 2004; Greenberg, 2002; Hess & Kalb 2003; Huk, 2005; Nacos, 2003; Noll, 2003; Palmer, 2003; Persson & Musher-Eizenman, 2005; Schechter 2003; Shultz & Vogt, 2003; Tucker, 2004). Na área da Análise Crítica do Discurso, há a assinalar a publicação de um número da *Discourse & Society* dedicado ao 11 de Setembro (Maio 2004, vol. 15), no qual são tratadas questões como alinhamento (Martin), moralização (Chouliaraki), categorização da pertença (Leudar *et al.*) e uso de provérbios na retórica sobre a catástrofe (G¡ndara). Em particular, o uso de estratégias de manipulação e auto-representação positiva versus *out-casting*, que constituem *grosso modo* a perspectivação do presente artigo, são o enfoque de Butt *et al.*, Edwards e Lazar & Lazar.

No intuito de complementar estes estudos, a presente análise pretende revelar as estratégias linguísticas e discursivas que (re)produzem, por um lado, construções negativas dos muçulmanos como o "outro", como o inimigo generalizado da nação americana, e por outro, construções positivas baseadas na ideia de vitimização. O *corpus* é constituído por um conjunto de notícias e artigos de opinião publicados no *New York Times* e no *Washington Examiner*, que será analisado a partir da perspectiva teórica da Análise Crítica do Discurso de recorte vandijkiano. Mais concretamente, trata-se de uma selecção de 15 textos de cada um dos jornais, publicados num período dilatado que dista entre 2001 e 2009 (cujos títulos e datas são apresentados em anexo por ordem cronológica, do menos para o mais recente). A perspectiva crítica adoptada parte do pressuposto de que a linguagem é uma prática social que determina e é determinada pela sociedade. Esta concepção da interface entre o linguístico e o social permite explorar a esfera política e ideológica através da sua realização no discurso.

Antes, porém, impõem-se três breves secções preliminares, de carácter teórico: a primeira relaciona sucintamente as questões de etnicidade, nacionalismo e construção da diferença; a segunda aborda os conceitos de ideologia e poder na imprensa; e a terceira, finalmente, enuncia o problema da (im)parcialidade no caso específico da imprensa americana.

1. Identidades Étnicas, Nacionalismo e Construção da Diferença

As questões de etnicidade, identidade nacional e nacionalismo subjazem à cobertura jornalística do 11 de Setembro, ou não fossem os confessos autores do ataque terrorista muçulmanos convictamente anti-americanos. Discutir a representação linguística e discursiva de um grupo étnico por outro, quando aquele é minoritário e este dominante, e sobretudo quando se vive o rescaldo de um crime de proporções gigantescas, não pode deixar de levantar questões de identidade, valoração e diferença. Uma citação de Said (1978:325) ajuda a situar a discussão:

> How does one represent other cultures? What is another culture? Is the notion of a distinct culture (or race, or religion, or civilization) a useful one, or does it always get involved either in self-congratulation (when one discusses one's own) or hostility and aggression (when one discusses the 'other')?

A cisão entre o próprio e o outro, típico do discurso da etnicidade, surge ligada à atribuição de valores positivos e negativos aos dois pólos do eixo representativo. Os termos usados por Said – "raça, religião e civilização" – invocam o conceito de "etnia", imbuído de um forte peso cultural e identitário. Como sabemos, etimologicamente *ethnos* significa 'nação' em grego, a qual pode ser definida em traços largos como uma comunidade que partilha uma história, uma língua, tradições culturais e religiosas. Mas *etnia* e *nação* estão longe de ser sinónimos na semântica da actualidade, sobretudo quando consideramos um terceiro termo, *estado*. Veja-se o caso dos EUA: a nação americana (ou estado) engloba múltiplas etnias, do mesmo modo que abarca muitas religiões. De entre estas, a muçulmana estende-se por vários estados para além do americano (desde a África do Norte à Índia) e, por sua vez, abrange outras tantas etnias, distintas a outros níveis que não o religioso (como a árabe, a indiana, ou a indonésia). Portanto, um ponto de ordem que se impõe no início desta discussão é o facto de a comunidade islâmica compreender múltiplas etnias e variadas nacionalidades, nos EUA e fora dele, mas ser frequentemente considerada (no contexto americano) como um "grupo étnico" falsamente monolítico.

Note-se que o emprego actual do termo *étnico* em expressões como "grupo étnico" (o qual só entrou no *Oxford English Dictionary* em 1972)

reflecte, como Cohen (1978) aponta, os encontros – e confrontos – entre os estados conquistadores ou industrializados e grupos subordinados, tais como, respectivamente, os povos colonizados e os imigrantes. Assim, "grupo étnico" veio a designar identidades culturais distintas que, através da colonização ou da migração, foram submetidas a um estado estrangeiro. Por outro lado, há diferentes usos do termo "étnico" de cada lado do Atlântico, como Wallman (1978) aponta: na Grã-Bretanha conota "raça", só que de um modo mais difuso e com uma carga valorativa mais leve, ao passo que na América *ethnics* significa os descendentes de imigrantes relativamente recentes de países não-anglófonos.

Segundo Eriksen (2002), o estudo da etnicidade admite duas perspectivas: na perspectiva primordialista, os indivíduos percepcionam os laços étnicos colectivamente, como se de uma ligação social imposta exteriormente se tratasse; na perspectiva instrumentalista, a etnicidade é vista como um elemento *ad-hoc* criado com fins estratégicos e políticos, sendo usado como um recurso para que grupos de interesses atinjam objectivos secundários, tais como riqueza, poder ou estatuto social. É curioso verificar que, no caso da comunidade islâmica nos EUA, alguns grupos reclamaram uma identidade (étnica) própria (como é o caso da "Nação do Islão", associação política nascida no seio da comunidade islâmica afro-americana), ao passo que outras facções tentam expandir a noção de pertença étnica através da ideia de uma "nação islâmica" sem fronteiras, rica, poderosa e unida, sob a égide do conceito de *ummah* (que designa no Corão "toda a comunidade islâmica"). No s*ite* intitulado "One Muslim Nation", por exemplo, apela-se justamente a uma união transnacional dos países muçulmanos, que mais não é do que a expressão do movimento político mais vasto conhecido por "pan-islamismo".

Neste contexto, cabe indagar em que consiste o conceito de nação. Uma definição como a de Smith (1991:14), que se tornou muito popular entre os cientistas sociais, enferma de uma indiferenciação face ao conceito de 'estado': diz Smith que *nação* é "uma população que partilha um território histórico, mitos comuns, uma cultura pública e de massas, uma economia comum e direitos legais comuns para todos os seus membros" [tradução nossa, doravante]. À luz desta definição, custa conceber, por exemplo, a nação basca como uma comunidade legal e economicamente definida, sendo que atravessa as fronteiras de Espa-

nha e França. Já Anderson (2006:6-7) tenta ir mais longe, dizendo que uma nação é concebida como uma comunidade que se baseia numa "camaradagem profunda e horizontal". Importa, portanto, distinguir os conceitos de *nação* e *estado-nação*, os quais transportam diferentes implicações de etnicidade: como Barbour (2000:5) acertadamente sintetiza, "o estado-nação é uma entidade legalmente definida", ao passo que "nação é um povo".

Quando o sentimento de pertença nacional é exacerbado, surge o conceito de nacionalismo – o qual, como Anderson (2006:141) faz notar, tem "um carácter quase patológico" e se enraíza "no medo e no ódio ao Outro". Sobre a vastíssima bibliografia, sobretudo de natureza antropológica, relativa ao fenómeno do nacionalismo, impossível de rever neste espaço, ficam algumas referências: veja-se Baumann (1999), Berdún *et al.* (1997), Eriksen (2002), Gellner (2006), Hobsbaum (1990) e Ozkirimli (2000). Com as ressalvas devidas à especificidade do caso americano, faz sentido inquirir até que ponto as manifestações mediáticas pós-11 de Setembro revelam um travo nacionalista, em que medida se revestem de preconceitos étnicos e se induzem ou não sentimentos de rejeição da comunidade islâmica nos EUA.

Dito isto, a questão fulcral que se nos coloca é a de saber como se organiza a identidade de uma nação, como a americana, que abraça múltiplas etnias. Singh (1999:84) defende que a identidade nacional num estado multicultural é etnicamente não-marcada, o que faz com que a etiqueta "étnico" queira dizer "diferente". Por outras palavras, as etnias "diferentes" serão grupos minoritários, vistos como o "outro", como a excepção, como a facção marcada, enquanto que a cultura maioritária é entendida como a norma e, como tal, assume características genéricas e universais. Em termos discursivos, a 'marcação', ou construção da diferença, do distanciamento do outro, é feita por via lexical, semântica e gramatical (sintáctica, pronominal, etc.), como veremos no presente artigo.

2. Ideologia e Poder na Imprensa

O papel dos *media* na formação de opiniões e na consciencialização das audiências é central para uma análise crítica do discurso jornalístico. Na verdade, os teóricos da ACD têm correctamente defendido que o discurso dos *media* – e, em particular, da imprensa escrita – está inti-

mamente relacionado com as estruturas de poder na sociedade. Muito sucintamente, passamos a desenhar um esboço representativo de quatro autores que se movem neste pressuposto heurístico.

Van Dijk tem privilegiado na sua pesquisa a problemática dos preconceitos étnicos *media*tizados, tendo-se destacado no estudo das complexas interrelações entre ideologia, racismo (ou, latamente, etnicismo) e discurso. O pressuposto básico que alimenta estudos como *Racism and the Press* (1991) e vários outros posteriores (1998, 2000, 2002, 2006, etc.) é o de que "as ideologias racistas, bem como os preconceitos étnicos / raciais, são expressáveis nos textos e na conversação"[1] (2000:98), pelo que podemos "esperar estratégias interaccionais, pragmáticas, semânticas e estilísticas que seleccionam e enfatizam informação positiva sobre Nós e negativa sobre Eles", ou que, em contrapartida, "evitam informação negativa sobre Nós e positiva sobre Eles" (*ibid*). Mais radicalmente, van Dijk advoga que "os *mass media* são hoje a principal fonte de conhecimento e opinião sobre etnicidade na sociedade" (2002:152). Ora, ao fornecerem "'factos' especialmente seleccionados" e ao pré-formularem "sentidos e opiniões preferenciais" (1991:39), os *media* distorcem o processo cognitivo dos receptores. Neste contexto a questão da *manipulação* ganha particular relevo. Van Dijk (2006:359) entende-a, em termos discursivos, como um conjunto de estratégias ideológicas destinadas a "enfatizar as coisas boas 'nossas' e as coisas más 'deles'." Ao contrário da persuasão ou da informação, a manipulação na imprensa consiste em "fazer [o leitor manipulado] acreditar em ideias que são contra os seus interesses e a favor dos interesses do manipulador" (2006:360): daí van Dijk afirmar que a manipulação é o exercício, não só de poder, mas de "abuso de poder" (*ibid*). Em suma, se a imprensa apoiar, digamos, uma ideologia xenófoba, provavelmente "ignorará, desacreditará e problematizará as posições e os grupos [de outras nacionalidades]" (1991:39). Ao mesmo tempo, fará uma escolha facciosa dos tópicos noticiosos: diz van Dijk que "os tópicos mais importantes nas notícias 'étnicas' nos vários países ocidentais (…) podem ser classificados como sendo sobre a diferença, o desvio e a ameaça." (2002:152).

Fowler (1991:4-11) também aponta que, como em qualquer discurso, a imprensa "não é uma reflexão dos factos isenta de valorações". Em vez disso, ela fornece aos leitores uma selecção prévia de acontecimentos,

[1] Tradução nossa, doravante

que lhes dá uma "visão parcial do mundo" e é social, económica e politicamente determinada. Por conseguinte, o "mundo da imprensa não é o mundo real, mas um mundo filtrado e julgado", com base em estereótipos e preconceitos. Daí a necessidade de uma "linguística crítica", cuja tarefa seja "investigar as relações entre os signos, os significados e as condições históricas que governam a estrutura semiótica do discurso".

Riggins (1997), igualmente, olha para o discurso jornalístico como uma máquina ideológica destinada a fazer os grupos minoritários (não-brancos, não-cristãos, não-masculinos) sentir-se excluídos, inferiores e culpados. A isto chama ele, numa tradução muito livre, a "retórica do *outramento*" (*a rhetoric of othering*) – um conjunto ideológico de mecanismos linguísticos e discursivos que estereotipam e demonizam as vítimas potenciais.

Segundo Fairclough (2001:27), finalmente, o discurso jornalístico é "um processo fortemente interpretativo, e não simplesmente uma narrativa dos 'factos'". Na verdade, à imagem dos outros *media* e de instituições como a lei, a religião e a família, a imprensa exerce poder ideológico – ou seja, "o poder de projectar as próprias práticas como universais e do senso comum" – de tal forma que consegue "fabricar consensos" e abster-se de formas mais complexas de controlo, como a coacção ou a repressão (2001:3). Neste sentido, pode ser vista como "parte da maquinaria de governação" (2003:85), envolvendo "relações camufladas de poder" (2001:41). Sendo propriedade dos grupos poderosos, os jornais conseguem ainda a perpetuação das desigualdades, na medida em que "o equilíbrio entre fontes, perspectivas e ideologias é largamente a favor daqueles que detêm o poder" (2001:43).

3. Parcialidade na Imprensa Americana

O problema da carga ideológica da imprensa está estreitamente relacionado com a questão da (im)parcialidade. Que realidade nos é dada nos jornais? Que filtros atravessa? Que interesses serve? Reportemo-nos ao caso americano. Em 1807, Thomas Jefferson refere-se à imprensa nos seguintes termos:

> Nothing can now be believed which is seen in a newspaper. Truth itself becomes suspicious by being put into that polluted vehicle.

As palavras de Jefferson devem ser entendidas no contexto dos primórdios da América, em que a imprensa era propriedade dos partidos políticos, que a operavam de acordo com a ideologia que defendessem (cf. Pasley 2001). Hoje, no entanto, as grandes empresas noticiosas alegam estar acima dos interesses partidários e praticar neutralidade ideológica. Contudo, muitos americanos na actualidade concordariam com as palavras de Jefferson na medida em que manifestam suspeitas generalizadas em relação aos *media*. Eisinger *et al.* (2005) referem uma sondagem de Julho de 2003 feita pelo *Pew Research Center* segundo a qual 56% (dos cidadãos americanos) afirmam que as notícias dos jornais são frequentemente imprecisas, ao passo que 62% dizem que a imprensa geralmente tenta encobrir os seus erros em vez de os admitir. Os próprios jornalistas, entretanto, não são unânimes quanto à falta de isenção nos *media*: o *pivot* da CBS, Dan Rather, diz que "a ideia de parcialidade nas notícias é um dos grandes mitos políticos", enquanto que o jornalista da *Fox News*, Morton Kondracke, afirma que "os *media* americanos *mainstream* estão à esquerda do centro" (Eisinger *et al.*, 2005).

Os académicos, de igual modo, dividem-se quanto à natureza dessa alegada parcialidade. Goldberg (2002), por um lado, defende que existe um tipo subliminar mas sistemático de parcialidade 'liberal', ao passo que Nunberg (2003) e Alterman (2003) advogam a existência de sinais consistentes de uma parcialidade republicana na imprensa americana. No primeiro caso, Goldberg aponta que é muito mais frequente ver os conservadores referidos nas notícias como "conservadores", ou "de direita", do que ver os liberais identificados com a respectiva etiqueta. Isto deve-se, segundo Goldberg, ao facto de "haver a ideia de que os conservadores estão fora do *mainstream* e que por isso precisam de ser identificados ou etiquetados; ao passo que os liberais são dados 'como sendo' *mainstream*, o que dispensa catalogações" (2002:59). Em contrapartida, Alterman afirma a existência de tendenciosidade republicana nos *media*, argumentando que são os liberais que mais frequentemente aparecem "marcados" com o rótulo identificativo. A sua base argumentativa é um estudo de Nunberg (2003), que contabiliza o número de "rótulos" (*labels*) atribuídos a cinco senadores liberais e a outros tantos conservadores em 30 jornais americanos. Nesse estudo, Nunberg conclui que a maior probabilidade (de 30%) da ocorrência de "marcação" aos liberais se deve, "não ao desejo de informar o leitor da ideologia do

político, mas a uma estratégia de assegurar que o jornal está confortavelmente ao centro, a uma distância segura dos extremos" (2003:40).

Ao invés de procurar culpas à esquerda ou à direita do espectro político, outros investigadores refutam simplesmente a existência de uma tal parcialidade. D'Alessio e Allen (2000), por exemplo, afirmam que as provas que sustentam tais teorias não são suficientemente sólidas. De igual modo, Niven (2004:322) defende que "quando os democratas e os republicanos se comportam da mesma maneira [por exemplo, trocando de partido], recebem exactamente a mesma cobertura jornalística". Já Jamieson e Waldman (2003:169) fazem notar que as acusações de tendenciosidade nos *media* são um ciclo que se auto-perpetua: "Quanto mais discussão há sobre parcialidade, mais as pessoas acreditam que ela existe".

Independentemente das provas circunstanciais dessa (in)existência, convém registar três categorias de parcialidade (ou *media bias*) apontadas por D'Alessio e Allen (2000): em primeiro lugar, a parcialidade dos editores na selecção tendenciosa de certas histórias a partir de um leque de histórias potenciais (*gate-keeping bias*); em segundo lugar, a parcialidade na cobertura de um tópico ou acontecimento (*coverage bias*); e por último a parcialidade na inserção de opiniões pessoais no texto jornalístico (*statement bias*). Veremos, de seguida, através da análise do *corpus* em foco, se alguma destas categorias se verifica.

4. Parcialidade Étnica na Cobertura Jornalística dos Efeitos do 11 de Setembro

As identidades políticas explicitamente opostas dos dois jornais em foco – *The Washington Examiner* é republicano e *The New York Times* democrata – determinam visões largamente dissonantes quanto aos efeitos do 11 de Setembro no modo como os americanos vieram a encarar os muçulmanos no seu seio. Isto é tanto mais verdade quanto é possível agrupar dois conjuntos latos de textos, pertencentes respectivamente aos dois jornais supra-citados: no primeiro caso (a seguir referido pela letra A), os muçulmanos são vistos como o 'Outro'; no segundo (referido pela letra B), são encarados como vítimas.

4.1 O Muçulmano como o 'Outro': Estratégias de Culpabilização e Estranhamento

A representação da comunidade islâmica a viver nos EUA através de mecanismos de "othering" (cf. Riggins 1997) e de "out-casting" (Lazar & Lazar 2004) está patente no corpus do *Washington Examiner*. Comecemos pela escolha lexical – a qual, segundo van Dijk (1991:179), é um dos elementos que consubstanciam a "perspectivação" discursiva da notícia e correspondente alinhamento. A passagem seguinte é um bom exemplo de escolhas de adjectivos que caracterizam os muçulmanos e de verbos cuja agência é também muçulmana, os quais enfatizam propriedades negativas:

> Islamist activists are "filing a series of **malicious** lawsuits in American courts and abroad, designed to **punish** and **silence** those who engage in public discourse about radical Islam. (...) The lawsuits are often **predatory**, (…) and undertaken as a means to **intimidate**, **demoralize**, and **bankrupt** defendants." "Claims are often based on **frivolous** charges ranging from defamation to workplace harassment (…)" (A14) [Negrito nosso, doravante*]*

O emprego de substantivos de óbvia conotação insultuosa relativos a Maomé – nas suas versões concreta ("pedófilo") e abstracta ("pedofilia") – demonstra a tendência para a selecção de incidentes negativos como material de notícia (ou seja, aquilo a que Fowler [1991] se refere como *partial news selection* e D'Alessio & Allen [2000] como *gate-keeping bias*):

> Another politician has been charged with "humiliating a religion" for calling Mohammed "a **pedophile**". Expert on Islam Robert Spencer reacts: "Is truth no defense? Of course, the whole concept of **pedophilia** did not exist in Mohammed's day. But (…) Mohammed's consummation of his marriage with Aisha when she was nine is in the hadith collection Muslims consider most reliable several times." (A9)

Para além da escolha lexical, outro recurso fulcral da construção semântica do discurso jornalístico é, segundo van Dijk (1991:181; 2006:371), o uso de sentidos implícitos, que também transmitem as ideologias latentes dos jornais. Na categoria do implícito, uma subcate-

goria está patente no corpus: a da **implicação**. Antes de mais, o uso do termo "alegado" *implica* dúvida quanto ao substantivo que qualifica. No seguinte extracto, a 'islamofobia' é pois tida como não-existente:

> Her case and the reaction to it tells us [nothing] about **alleged** Islamophobia (…) (A3)

De um modo semelhante, o emprego do verbo '**fail**' transmite a implicação de que alguma coisa deveria ter sido feita mas não foi:

> Still, they noted that U.S. foreign policy, such as it is, has **failed** to halt the rising tide of extremism in the Muslim world and is also losing the "struggle for ideas." (A4)

A colocação contígua de palavras ao longo do eixo frásico pode também ter implicações. Na frase seguinte, o substantivo 'Muslims', 'war' e 'terrorism' são listados consecutivamente, como se pertencessem à mesma categoria e estivessem relacionados:

> Cair also hopes "to hold town meetings to talk about their feelings about **Muslims, the war and terrorism**." (A3)

A terceira categoria de análise discursiva de van Dijk (1991:187) é a das 'estratégias semânticas'. Estabelecer contrastes e divisões entre os dois grupos étnicos – muçulmanos e não-muçulmanos (i.e. "americanos") – é uma estratégia recorrente no *corpus*. Vejamos a primeira:

> Politicians were charged with 'hate speech' **while radical Muslims insult gays**. (A9)

Nesta citação, a conjunção 'while' marca claramente um contraste entre ser acusado de algum crime e efectivamente cometê-lo.

A segunda passagem também marca um contraste, desta feita entre a tecnologia americana do séc. XXI e a ideologia muçulmana do séc. VIII:

> During the Islamic terror attack in India last year, tech-savvy terrorists used BlackBerries and Google Earth satellite-imaging to plan and carry out their atrocities. Once again, the West's enemies were employing **21st century technology to spread its dangerous 8th century ideology**. (A13)

Um modo frequente de estabelecer divisões ideológicas é recorrer à dicotomia "(good) us / (bad) them" (van Dijk 1998:267; 2006:274). Como pode ver-se nos seguintes excertos, o uso do determinante "our" transmite claramente a ideia de uma cisão entre americanos e muçulmanos, sendo que o jornal alinha pelo lado americano, assumindo a primeira pessoal do plural:

> The attack on the Pentagon touched **our** husbands and wives, **our** teachers, **our** co-workers, **our** neighbors and **our** friends — and right in **our** backyard. (A1)

> The (…) threat to silence critics of radical Islamists weakens **our** ability as a society to confront and defeat those who would weaken **our** liberties. (A3)

> Muslim supremacists are trying to take over the U.S. through **our** courts, charities, colleges and even public elementary schools… (A8)

O emprego dos pronomes "eles" e "nós" no extracto seguinte também aliena os muçulmanos, sendo reforçado pela generalização que subjaz ao uso do quantificador *all*:

> The truth is that **all** Islamists, violent or not, lack answers to the problems of the modern world. **They** do not have a world view that can satisfy the aspirations of modern men and women. **We** do. That's the most powerful weapon of all. (A11)

O mesmo uso marcado do pronome 'nós' e do determinante 'nosso' – que surgem expressivamente assinalados a itálico no original – aparece numa interessante passagem imbuída de ironia. Trata-se de uma crítica, por parte do *Washington Examiner*, a um artigo do *Washington Post* que alegadamente tenta justificar o acto suicida de um jovem islâmico radical:

> Of course, (…) his [the suicide bomber's] indoctrination in jihad, actually living with and fighting with the Taliban had nothing to do with his radicalization...it's ***our*** fault. Never mind that his own family members admit that he was up to no good, that he admitted to fighting against the coalition, never mind that. ***We*** radicalized the poor innocent twenty-three

> year old. His assault on his own defence attorney's interpreter with hot tea, you guessed it, ***our*** fault. His return to jihad and murder of thirteen Iraqis via a suicide bombing? ***Our*** fault. (A10)

De seguida estão exemplos de comparação, outra estratégia semântica de alinhamento *versus* distanciamento. O primeiro compara os males do islamismo radical aos danos do catolicismo. A veemência dos verbos, adjectivos e substantivos usados fala por si:

> Both religions want an excuse to **destroy**, **pillage**, **convert** by force, and **exploit**. In scientific terms, these are the **reptilian-brainers**, governed by **fanatical** ritual and the **lowest** human emotions of **hate** and **fear**. (A7)

Na segunda comparação lê-se:

> **In the same way** that Muslim terrorists **hijacked American planes** and flew them into American buildings on 9/11, some Muslims are **hijacking the West's freedoms and legal system** to undermine civilization itself. (A14)

Uma terceira, e curiosa, comparação é estabelecida entre a "Guerra ao Terrorismo" e a II Guerra Mundial. Na seguinte passagem, a defesa da prisão de Guantánamo faz-se invocando os prisioneiros de guerra alemães e japoneses:

> Terrorists held in Guantanamo are to be provided lawyers and have access to the courts of the United States to challenge their detention. Imagine if, during World War II, every German and Japanese prisoner of war had been given an attorney and a trial to challenge whether or not they could be detained for the duration of the war. (A12)

Um outro tipo de comparação – esta estilística (designada por *símile*) – estabelece diversos paralelos entre problemas como a condição feminina, a investigação científica e a liberdade de expressão e conceitos como a lepra, a asfixia e Satã:

> In much of the Muslim world, (…) women are violently oppressed and shut away **like lepers**, scientific inquiry is **stifled**, and free expression is **like an act of Satan**. (A6)

O uso do exagero – ou hipérbole, em terminologia estilística – também marca presença no jornal em análise, aliás como van Dijk (1991:196; 2006:373) prevê para casos de manipulação ideológica da imprensa. A questão da politização das universidades americanas em favor de ideologias de esquerda (leia-se: liberais, pró-integração islâmica) surge no excerto seguinte hiperbolizada, através da comparação de professores universitários a bombistas suicidas:

> During a recent visit to several university campuses in the U.S., I [journalist Abu Toameh] discovered that there is more sympathy for Hamas there than there is in Ramallah. Listening to some students and professors on these campuses, for a moment I thought **I was sitting opposite a Hamas spokesman or a would-be-suicide bomber**. (...). (A15)

A questão educacional emerge igualmente na citação que a seguir apresentamos, a qual diz respeito à política editorial. Segundo o *Washington Examiner*, os livros educativos discriminam positivamente o Islão, tentando alegadamente branquear ou omitir termos problemáticos, como *sharia* ou *jihad*, cujas verdadeiras significações constituem "verdades inconvenientes":

> "Textbook editors try to avoid any subject that could turn into a political grenade," wrote Gilbert Sewall, director of the [American Textbook] council, who railed against five popular history texts for "adjust[ing] the definition of jihad or sharia or remov[ing] these words from lessons to avoid inconvenient truths." (A5)

O recurso ao ridículo é uma outra "estratégia semântica" enunciada por van Dijk (1991:187). No extracto que se segue, o já referido artigo do *Washington Post* é pretexto para ridicularizar os democratas e o seu apoio à comunidade islâmica. O título da peça é significativo ("WaPo feels the love for suicide bomber"):

> Oh, if only this *Washington Post* article had come out a week ago. **It is better suited for a Valentine's Day card than for journalism**. The *Post* begins with a harlequinesque description of the manly lead: "The scraggly beard that his young son once loved to play with had been shaved off, leaving only an exiguous moustache. His curly, shoulder-length locks had been clipped down to a crew cut. Gone, too, were the crisp, white headdress he

> often wore and any semblance of the good humor once familiar to his family." The object of *The Washington Post*'s **amorousness**? Why a serial killing, radicalized Muslim terrorist of course! (A10)

Uma passagem que também merece atenção diz respeito à política de imigração muçulmana dos EUA, que é vista como algo a "prevenir" e a "temer". Apesar de o artigo se reportar à opinião de um representante republicano da Virgínia, Virgil Goode, importa notar que o jornal lhe dá acriticamente voz:

> Goode's letter said immigration policy changes were necessary to prevent more Muslims from entering the country and that he feared more Muslim representatives would take office in the future. (A2)

Mas talvez a mais forte asserção anti-islâmica encontrada no corpus do *Washington Examiner* esteja contida no título de uma peça que também versa sobre a imigração muçulmana. Note-se o uso da forma imperativa (que transmite autoridade e inflexibilidade), juntamente com o emprego do verbo "halt", de conotações algo marciais, e do determinante "all", que transmite uma postura radical e implacável:

> Halt all Muslim immigration to America (A8)

4.2 O Muçulmano como Vítima: Marcas de Integração e Pertença

Ao invés de retratar a comunidade muçulmana de uma forma negativa, ressentida ou amarga, o *New York Times* opta por uma abordagem mais humana e politicamente correcta, representando-a como vítima da histeria pós-11 de Setembro e também das facções terroristas radicais do islamismo. Contrariamente ao *Washington Examiner*, logo, o *NYT* dá-nos um retrato claramente positivo de um grupo étnico que é entendido como parte integrante da nação americana.

Esta genérica tendência discursiva torna-se evidente, desde logo, numa análise das escolhas lexicais. Começando pelos adjectivos, o jornal retrata os muçulmanos como americanos *orgulhosos*, mas também como cidadãos compreensivelmente *defensivos* e *frustrados* em virtude do tratamento *injusto* que recebem como consequência dos atentados. É importante notar que esta adjectivação surge citada em discurso directo,

sendo da autoria dos próprios muçulmanos – a quem o jornal, muito significativamente, dá voz e, por extensão, protagonismo locutório:

> "As a **proud** American, I find it hard to take that such violations [against Muslims] are being committed", Ms. Jaghlit said. (B2)

> In the United States, many Muslims have felt on edge since Sept. 11 and **defensive** about the image of Islam. (B8)

> "I talked about (…) how we've been connected to terrorism and it's not **fair**," said Dr. Alsaghir after arriving in Detroit. ''We are both **frustrated** by the far right in our religion." (B8)

Ao mesmo tempo os muçulmanos são representados como cidadãos americanos exemplares, respeitadores dos valores democráticos e seculares dos EUA, mas condenados ao sofrimento de, por um lado, terem constantemente de separar a sua fé do terrorismo e, por outro, de se interrogarem sobre a autoria islâmica de uma tal atrocidade:

> (…) The **overwhelming** desire of many Muslims is that America remain true to its **democratic** and **secular** values. (B9)

> Publicly, American Muslims have spent the year trying to explain their faith and disassociate it from terrorism. Privately, many of them have nursed painful questions about how such an aberration sprouted from the soil of Islam. (B7)

Em contrapartida, o jornal também usa adjectivos para qualificar as atitudes mostradas por aqueles que se opõem aos muçulmanos. São estes *nativistas*¸ *ignorantes* e *histéricos*, o que consiste numa forma *contraproducente* de lidar com o problema islâmico:

> But since 9/11 there has been a **nativist**, **Know-Nothing** streak in politics; (…) It was **counterproductive** for Republicans to get so **hysterical** about national security that they justified locking up hundreds of Muslims after 9/11. (B12)

As escolhas verbais incidem nos mesmos aspectos, culpabilizando os americanos em vez dos muçulmanos, que "lutam" por restaurar a sua imagem, "destruídos" que foram os seus sonhos. No entanto, e este é

um ponto nevrálgico, esta luta fá-los "reconectar-se" com a realidade e, crucialmente, tornar-se mais "poderosos":

> Recently, American Muslim organizations have been **struggling** to improve the image of Islam and Muslims and to respond constructively to the rather draconian measures (…) against many Muslims in the United States. (B4)

> The aftermath of Sept. 11 may have **shattered** some dreams, but it has also forced **us** to **reconnect** with reality and **empower ourselves**. (B9)

Este *empowerment* (em tradução livre, "apoderamento", cf. Fairclough 2001) decorre, por um lado, de uma tomada de consciência identitária e, por outro, da tomada de voz acima referida, que jornais como o *NYT* mediatizam. Ao figurarem como sujeitos locutórios, os muçulmanos automaticamente invertem os pólos da díade "nós/eles", assumindo a mesma estratégia de "outramento" dos seus agressores. De facto, o uso de *us* e de *ourselves* na citação anterior, e do *they* que subjaz às seguintes, é tão manipulador e alienante como quando é empregue pelo *Washington Examiner*, tomando de igual forma por unificado e homogéneo o que é parcelar e heterogéneo. Por outras palavras, se os muçulmanos são vistos como "o outro" pelo *WE*, os americanos são igualmente o "outro" para os muçulmanos a que o *NYT* dá voz. Esta estratégia é reforçada pelas estruturas verbais passivas com ocultação de agente, como as que ocorrem nas passagens seguintes, a que corresponde uma vitimação islâmica com agência americana:

> "(…) We [Muslims] are being **blamed** and **vilified** in the media and **attacked** in the streets." (B6)

> [Muslim] noncitizens were **abused** and their constitutional rights **violated** in detentions after the terror attacks. (…) (B14)

Mas talvez sejam as escolhas de substantivos que mais profusamente exprimem a ideia de "bode expiatório" em que a comunidade islâmica se transformou:

> "An ad hoc group of Muslim civic groups have accused the administration of racial and religious **harassment**." (B2)

> "Mainstream religious figures must speak out against the growing **demonization** of Islam by extremist right-wing commentators. (…)." (B5)

> In the aftermath of Sept. 11, Muslims across the country experienced a range of **discrimination**, from the loss of jobs to hate crimes (…) (B10)

A questão da culpabilização, e correspondente estratégia discursiva de "inversão de culpa" (ou *blame reversal*, cf. van Dijk, 1991:190-7), também está patente quando o *NYT* investiga as reacções no Afeganistão aos atentados ao *World Trade Center*. No excerto que se segue, um transeunte local afirma que os americanos devem "procurar no próprio coração" a culpa da tragédia:

> And he [an Afghan passer-by] considered the perpetrators, whoever they are, to be "enemies of God", though he also felt "Americans should look into their hearts and minds about why someone would kill themselves and others" in such a way. (B1)

Significativamente, a afirmação da "verdadeira" natureza do Islão – que é também uma correcção de supostos preconceitos – é na passagem seguinte uma vez mais transmitida através de substantivos poderosos:

> Islam is about **invitation** and **peace**, not conflict. (B9)

As pressuposições, outra categoria de sentidos implícitos de van Dijk, abundam no corpus do *New York Times*. Todavia, cumprem aí uma função diametralmente oposta à do *Washington Examiner*, servindo para transmitir a ideia de que as situações de vitimização dos muçulmanos são uma realidade:

> "But we must also insist that the Bush administration **stop** practising terrorism in reverse against us." (B2)

Esta citação emprega o verbo 'stop' (um verbo de "mudança de estado", segundo Sellars 1954): se o negarmos, ou seja, se aplicarmos o teste lógico de negação (e dissermos "the Bush administration does **not** stop…") o resto da proposição mantém-se inalterada – designadamente, "that the Bush administration **has** practised terrorism in reverse against Muslims". O mesmo se aplica ao verbo 'continue', no excerto seguinte:

> We [Muslims] **continue** to face hostility and prejudice in many corners of society. (B9)

Se negarmos a frase ("we do **not** continue to face hostility…"), a pressuposição que se mantém constante é que "**tem** havido hostilidade" contra os muçulmanos.

A citação que se segue é um caso de comparação:

> Some Muslim leaders say the government is persecuting them **as** it once did suspected supporters of Japan or the Soviet Union more than 50 years ago. (B2)

O segundo exemplo de comparação é um paralelo estabelecido entre os muçulmanos e outras vítimas dos atentados de 11 de Setembro. É particularmente interessante porque o adjectivo participial *victimized* é abertamente expresso:

> "On the one hand, we were victimized just **like** other people," because, he said, "there were a lot of Muslims killed (…)" (B6)

Também consiste numa comparação a estratégia a seguir apresentada. No entanto, este é um caso em que muçulmanos e americanos são colocados lado a lado (e não os primeiros num plano inferior aos segundos) quanto à questão da restrição de liberdades em épocas de guerra. Ou seja, nem uns nem outros a merecem, de acordo com uma sondagem divulgada pelo *New York Times*:

> [P]olls showed the public was scarcely readier to restrict the freedom of Muslims than that of other Americans. (B3)

Dois outros casos de comparação consistem em contrastes (cf. van Dijk 2006:374). O primeiro envolve a alegada superioridade dos imigrantes muçulmanos no que diz respeito ao desempenho escolar e ao emprego, quando comparados com outros residentes americanos na América pré-11 de Setembro:

> A **larger** percentage of immigrants from Muslim countries have graduate degrees than other American residents, and their average salary is

about 20 percent **higher**, according to census data. But Sept. 11 altered the course of Muslim life in America. (…) (B13)

O segundo caso de contraste, combinado com estratégias de "mitigação" e "inversão de culpa", é o seguinte:

They cited Central Intelligence Agency reports showing that Latin Americans were responsible for **more** terrorist incidents than Muslims. They blamed Israel or American foreign policy. (B11)

O emprego ideologicamente marcado dos pronomes "nós" *versus* "eles" volta a estar presente nas seguintes passagens do *New York Times*. O que é curioso neste caso é que o pronome de primeira pessoa se dilata aqui de modo a englobar muçulmanos e americanos sob a égide de uma mesma nação – a América. Contrariamente ao *Washington Examiner*, o contraste pronominal surge pois, aqui, como um meio de integrar os muçulmanos e de mostrar que eles são parte da América:

Muslim groups dismissed Mr. Graham's statements. (…) "He's serving **our** enemies, the enemies of America. Now people who don't like **us** will use his comments to show the quote-unquote American hatred of Muslims." (B5)

Já o uso de ***we*** e ***our*** nas passagens seguintes é pautado pela assunção da diferença, transmitindo a ideia de que a pertença e a integração passaram a ser a maior preocupação da comunidade islâmica, a qual, paradoxalmente, se "guetifica" defensivamente contra o inimigo comum que ameaça esse desígnio – a América pós-11 de Setembro:

Parts of the official face of Islam are planning a wide range of events. Many have the same underlying motive, as if to say, "**we** belong." (B6)

These were some of the frequent sentiments [of Muslims] that I heard: "America is **our** home, **we** will not become foreigners in **our** own homeland." (B9)

Para terminar, apresentamos um excerto que epitomiza a postura ideológica do *New York Times*, que abraça a causa islâmica em plena

ressaca pós-terrorista, cujas repercussões internacionais também espelham o anti-islamismo de que muitos muçulmanos se dizem vítimas:

> We must offer moral leadership, treating all people – including detainees – with respect for the rule of law and human decency. And we must put forward an agenda of opportunity for the Islamic world. This includes support for pragmatic political reform, as well as education and economic empowerment. (B15)

Conclusão

As filiações políticas dos dois jornais em análise neste trabalho mostram ser determinantes na selecção do tópico, na perspectivação da notícia e no correspondente alinhamento ideológico, dando origem a representações discursivas marcadamente divergentes. Assim:

O carácter liberal do *New York Times* torna quaisquer sinais de preconceito contra a comunidade islâmica na América pós-11 de Setembro mais difícil, se não impossível, de localizar, ao passo que esses sinais marcam forte presença no *Washington Examiner*, cuja filiação é assumidamente conservadora.

Em segundo lugar, o *Washington Examiner* escolhe materiais que focam recorrentemente situações de demonização, as quais implicitamente subscreve, enquanto que o *New York Times* se concentra por sistema em acontecimentos que vitimizam os muçulmanos, os quais implicitamente condena.

Em terceiro lugar, os dois jornais exibem construções identitárias que diferem radicalmente. O *Washington Examiner* apresenta a comunidade islâmica a viver nos EUA como estranha e estrangeira, retrógrada e fanática, perigosa e conspirativa, em suma, como uma ameaça para a América, hoje e no futuro. Em contrapartida, o *New York Times* oferece um retrato sobejamente favorável dos muçulmanos americanos, como sendo moderados e tolerantes, discretos e trabalhadores, cultos e bem-sucedidos, mas também, significativamente, como sendo vítimas de discriminação étnica, religiosa e nacionalista.

Em quarto lugar, o uso da dicotomia "nós/eles" (van Dijk 1998, 2000, 2006, Leudar *et al.* 2004), que percorre ambos os jornais e é marcado ideologicamente, não é privativo do grupo dominante. Na verdade, a

análise revela que tanto os americanos no *Washington Examiner* como os muçulmanos no *New York Times* assumem discursivamente a primeira pessoa, procedendo ao "outramento" (*othering* – Riggins 1997) ou "estranhamento" (*out-casting* – Lazar & Lazar 2004) do grupo rival, através de estratégias de generalização, alienação e culpabilização. Por outras palavras, a construção da diferença tem dupla agência, assumindo pólos opostos do eixo identitário. Ao mesmo tempo, o protagonismo locutório que assim exibem os dois grupos é uma forma de "apoderamento" (*empowerment*, Fairclough 2001) – agressivo, do lado americano, e defensivo, do lado muçulmano – ao constituir a manutenção (por parte daqueles) ou a conquista (por parte destes) do espaço discursivo. De notar, ainda, que este *empowerment* islâmico é entretanto facultado pelo *New York Times*, que assim promove uma agenda política de integração e tolerância.

Por outro lado, e finalmente, as visões fortemente antagonistas dos mesmos objectos textuais, e correspondentes construções discursivas, não podem senão confirmar a existência de parcialidade política e ideológica na imprensa americana (tal como Goldberg 2002, Nunberg 2003 e Alterman 2003 defendem – mas Jamieson & Waldman 2003 e Niven 2004 refutam). De facto, a análise demonstra a existência de parcialidade em termos de selecção de material noticioso, cobertura informativa e inserção de opiniões, ou seja, comprova a ocorrência das três categorias de tendenciosidade enunciadas por D'Alessio & Allen (2000): *gatekeeping, coverage* e *statement bias*. Em suma, a construção unilateral e facciosa das notícias e seus actores corrobora a hipótese de que os jornais americanos em foco manipulam a informação, dando aos leitores uma visão dos acontecimentos e dos indivíduos que é ideologicamente determinada.

Anexo (Corpus de Análise):

A. ***The Washington Examiner*:**

1. "9/11 ... The worst terrorist attack ever on U.S. soil" - Sept 4, 2006.
2. "Muslim activists seek change in Baltimore County curriculum" - Dec 27. 2006
3. "Conn. teacher encourages Muslim mau-mauing" - May 27, 2007.
4. "9/11 lesson - be vigilant" - Sept 11, 2007.

5. "Textbook council accuses publisher of being politically correct on Islam" - June 7, 2008.
6. "America is a secular nation" - Oct 8, 2008.
7. "The Vatican, Muslims and tomorrow" - 12 Nov, 2008.
8. "Halt all Muslim immigration to America" - November 24, 2008.
9. "Politicians charged with 'hate speech' while radical Muslims insult gays." January 6, 2009.
10. "WaPo feels the love for suicide bomber" - Feb 27, 2009.
11. "Radical Islam; 'The veil is not the same as the suicide belt'" - March 8, 2009.
12. "Global War on Terror ends - overseas contingency operation begins" - March 30, 2009.
13. "Radical Muslims wage jihad on the internet" - April 2, 2009.
14. "Radical Muslims use 'lawfare' to undermine the West" - April 16, 2009.
15. "Muslim teaching, influence spreads in American colleges" - May 4, 2009.

B. ***The New York Times*:**

1. "Taliban Plead for Mercy to the Miserable in a Land of Nothing" - Sept 13, 2001.
2. "A Nation Challenged: American Muslims Cry Persecution" - March 27, 2002.
3. "U.S. Attitudes Altered Little by Sept. 11, Pollsters Say" - May 20, 2002.
4. "Moderate Muslims under Siege" - July 1, 2002.
5. "Evangelist Says Muslims Haven't Adequately Apologized For Sept. 11 Attacks" - August 15, 2002.
6. "For Muslims, An Uneasy Anniversary; Urge To Speak Out Conflicts With Low-Profile Instincts" - August 19, 2002.
7. "Beliefs; With More Than A Year Gone By, American Muslims Debate Islam, Intolerance, Terrorism And The Significance Of Sept. 11" - December 7, 2002.
8. "Threats and Responses: American Muslims; Pilgrims Find Changes on Both Ends of Journey" - February 16, 2003.
9. "Putting the American in 'American Muslim'" - September 7, 2003.
10. "Study Finds City's Muslims Growing Closer Since 9/11" - October 5, 2004.
11. "Muslim Leaders Confront Terror Threat Within Islam" - September 2, 2005.
12. "The Arabs Are Coming!" - February 26, 2006.
13. "More Muslims Arrive In U.S., After 9/11 Dip" - February 27, 2006.
14. "U.S. Is Settling Detainee's Suit in 9/11 Sweep" - February 28, 2006.
15. "10 Ways to Avoid the Next 9/11" - September 10, 2006.

Referências:

Ahmed, N. M. (2002), *The war on freedom. How and why America was attacked, September 11th, 2001*. Joshua Tree, Calif.: Media Messenger Books.

Alterman, Eric (2003), *What Liberal Media?: The Truth about Bias and the News.* New York: Basic Books.

Anderson, Benedict (2006), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.

Barbour, Stephen (2000), "Nationalism, Language, Europe". In: Barbour & Carmichael (Eds.), *Language and Nationalism in Europe*. Oxford: O.U.P. pp. 1-17.

Baumann, Gerd (1999), *The Multicultural Riddle: Rethinking National, Ethnic, and Religious Identities*. New York: Routledge.

Berdún, Guibernau, M. Montserrat and John Rex (1997), *The Ethnicity Reader: Nationalism, Multiculturalism, and Migration*. Cambridge, UK / Malden, MA: Polity Press; Blackwell Publishers.

Butt, David G., Annabelle Lukin, and Christian M. Matthiessen (2004), "Grammar–The First Covert Operation of War". *Discourse & Society,* May 2004; vol. 15: pp. 267 - 290.

Chouliaraki, Lilie (2004), "Watching 11 September: The Politics of Pity". *Discourse & Society,* May 2004; vol. 15: pp. 185 - 198.

Cohen, Ronald (1978), "Ethnicity: Problem and Focus in Anthropology". *Ann. Rev. Anthropol.* 1978. 7:379-403

Craft, S., & Wanta, W. (2004), "US public concerns in the aftermath of 9-11: A test of second level agenda-setting". *International Journal of Public Opinion Research*, 16(4), 456-463.

D'Alessio, Dave & Allen, Mike (2000), "Media Bias in Presidential Elections: A Meta-Analysis". *Journal of Communication* 50, 133-156.

Edwards, John (2004), "After the Fall". *Discourse & Society*, May 2004; vol. 15: pp. 155 - 184.

Eisinger, Robert M., Loring R. Veenstra, and John P. Koehn (2005), "What Media Bias?: conservative and liberal labelling in major U.S. newspapers, 1991-2004". Paper presented at the Annual Meeting of the American Political Science Association, Washington, D.C., September 1-4, 2005. (Acedido em http://www.allacademic.com//meta/p_mla_apa_research_citation/0/4/1/6/5/pages 41656-2.php, a 21 de Novembro de 2009.)

Eriksen, Thomas Hylland (2002), *Ethnicity and Nationalism. Anthropological Perspectives*. London: Pluto Press. 1st ed. 1993.

Fairclough, Norman (2001), *Language and Power*. 2nd ed. (1st ed. 1989). London: Longman.

Fairclough, Norman (2003), *Analysing Discourse: Textual analysis for social research*. London-NY: Routledge.

Fowler, Roger (1991), *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*. London-NY: Routledge.

Gellner, Ernest (2006), *Nations and Nationalism (New Perspectives on the Past)*. 2nd Ed. London: WileyBlackwell.

Gindara, Lelia (2004), "'They That Sow the Wind...': Proverbs and Sayings in Argumentation". *Discourse & Society,* May 2004; vol. 15: pp. 345 - 359.

Goldberg, Bernard (2002), *Bias: A CBS Insider Exposes How the Media Distort the News.* Washington, D.C.: Renergy.

Greenberg, B. S. (Ed.). (2002), *Communication and terrorism. Public and media responses to 9/11*. Cresskill, N.J.: Hampton Press.

Hess, S., & Kalb, M. L. (2003), *The media and the war on terrorism*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.

Hobsbaum, E. (1990), *Nations and Nationalism since 1780*. Cambridge: C.U.P.

Huk, P. (2005), "Monological discourse and the creation of villains: a staging of witnesses after 9/11". *Third World Quarterly*, 26(3), 543-550.

Jamieson, Kathleen Hall and Paul Waldman (2003), *The Press Effect: Politicians, Journalists, and the Stories That Shape the Political World.* New York: Oxford University Press.

Jefferson, Thomas (1807), "A Letter to John Norvell". *Library of Congress Archives*. (Recuperado a 29 de Maio de 2009 em: <http://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?-collId=mtj1&fileName=mtj1-page038.db&recNum=0591>).

Lazar, Annita and Michelle M. Lazar (2004), "The Discourse of the New World Order: 'Out-Casting' the Double Face of Threat". *Discourse & Society*, May 2004; vol. 15: pp. 223 - 242.

Leudar, Ivan, Victoria Marsland and Jirí Nekvapil (2004), "On Membership Categorization: 'Us', 'Them' and 'Doing Violence' in Political Discourse". *Discourse & Society,* May 2004; vol. 15: pp. 243 - 266.

Martin, J. R. (2004), "Mourning: How We Get Aligned". *Discourse & Society*, May 2004; vol. 15: pp. 321 - 344.

Nacos, B. L. (2003), "Terrorism as Breaking News: Attack on America". *Political Science Quarterly*, 118(1), 23-52.

Niven, David (2004), "Objective Evidence on Media Bias: Newspaper Coverage of Congressional Party Switchers". *Journalism & Mass Communication Quarterly* 80, 311-326.

Noll, A. M. (Ed.) (2003), *Crisis communications. Lessons from September 11*. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield.

Nunberg, Geoffrey (2003), "The Liberal Label". *The American Prospect* 8: 36-40.

Ozkirimli, Umut (2000), *Theories of Nationalism: A Critical Introduction*. London: Palgrave Macmillan.

Palmer, N. (2003), *Terrorism, war, and the press.* Cambridge, MA: Harvard University Hollis.

Pasley, Jeffrey L. (2001), *"The Tyranny of Printers": Newspaper Politics in the Early American Republic.* Charlottesville, VA: University of Virginia Press.

Persson, A. V., & Musher-Eizenman, D. R. (2005), "College students' attitudes toward blacks and Arabs following a terrorist attack as a function of varying levels of media exposure". *Journal of Applied Social Psychology*, 35(9), 1879-1893.

Riggins, Stephen H (1997), "The Rhetoric of Othering". In: Riggins (Ed.), (1997), *The language and politics of exclusion: Others in discourse*. Thousand Oaks, CA: Sage, pp. 3-29.

Said, Edward W. (1978), *Orientalism: Western Conceptions of the Orient*. 25th anniversary ed. 2003, Harmondsworth: Penguin.

Schechter, D. (2003), *Media wars. News at a time of terror*. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield.

Shultz, R. H., & Vogt, A. (2003), "It's war! Fighting post-11 September global terrorism through a doctrine of preemption". *Terrorism and Political Violence*, 15(1), 1-30.

Singh, Ishtla (1999), "Language and ethnicity". In: Thomas, Linda & Shân Wareing (Eds.) (1999), *Language, Society and Power*. London: Routledge.

Smith, Anthony D. (1991), *National Identity*. Harmondsworth: Penguin.

Tucker, J. (2004), "Making difference in the aftermath of the September 11th 2001 terrorist attacks." *Critique of Anthropology*, 24(1), 34-50.

van Dijk, Teun A. (1991), *Racism and the Press*. London & New York: Routledge.

van Dijk, Teun A. (1998), *Ideology*. London: Sage.

van Dijk, Teun A. (2000), "Ideologies, racism, discourse: Debates on immigration and ethnic issues". In: Jessika ter Wal & Maykel Verkuyten (Eds.), *Comparative Perspectives on Racism*. Aldershot etc.: Ashgate, 91-116.

van Dijk, Teun A. (2002), "Discourse and racism". In David Goldberg & John Solomos (Eds.), *The Blackwell Companion to Racial and Ethnic Studies*. (pp. 145-159). Oxford: Blackwell, 2002.

van Dijk, Teun A. (2006). "Discourse and manipulation". *Discourse & Society*, 17(2), 359-383, 2006.

Wallman, S. (1978), "Ethnicity research in Britain". *Current Anthropology*, v. 18, n. 3, 1978, pp. 531–532.